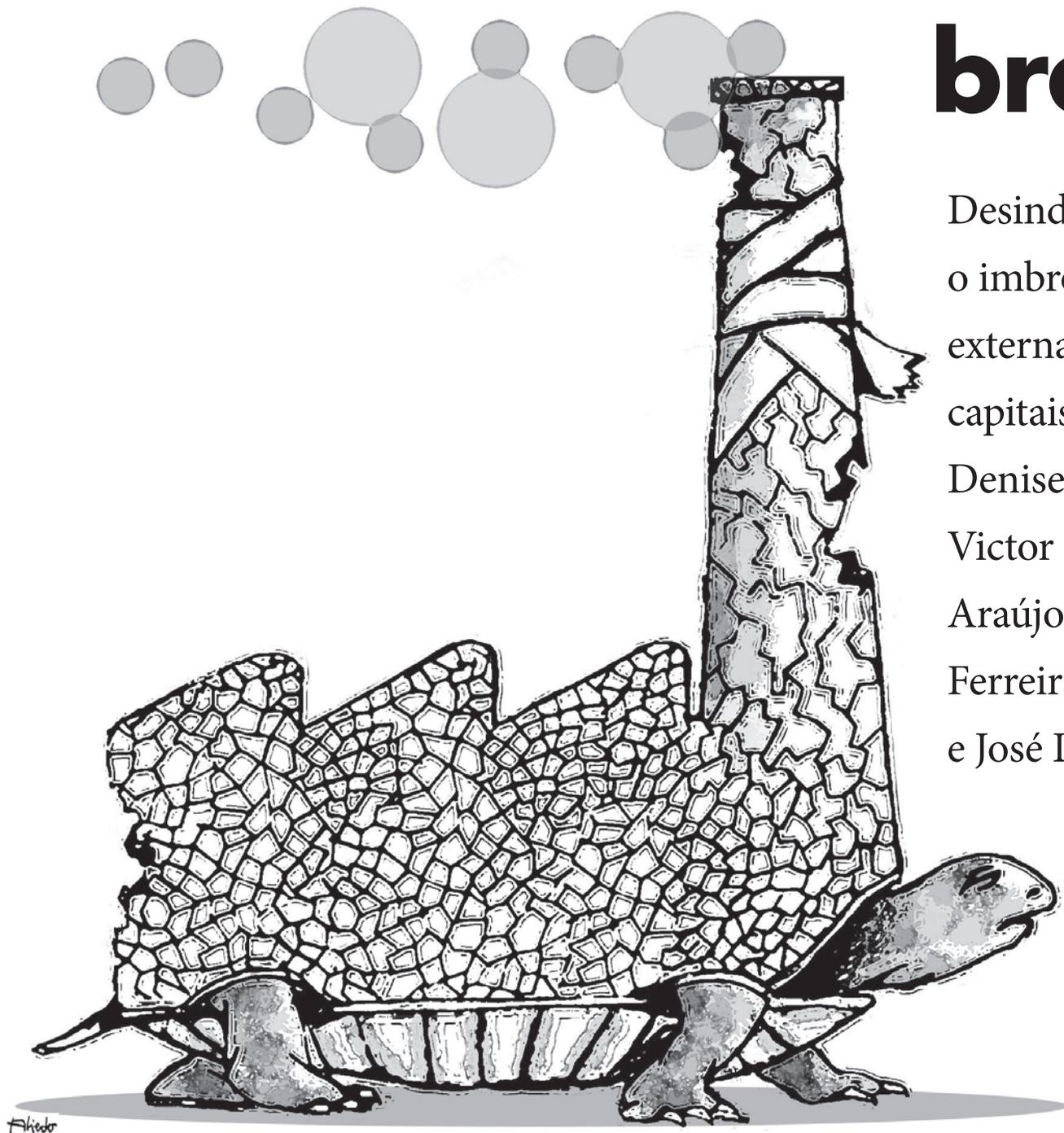


Os dilemas da economia brasileira

Desindustrialização, o imbróglio das contas externas e controle de capitais em artigos de Denise Lobato Gentil/ Victor Leonardo de Araújo, Pedro Cavalcanti Ferreira, Luiz Aubert Neto e José Luis Oreiro.



Filipe

Marco Altberg e Daniela Pfeiffer apontam as perspectivas de crescimento do setor de produção independente para TV; FPO apresenta resumo do debate com Andrea Gouvêa Vieira.

Editorial

Os dilemas da economia brasileira

■ Esta edição do Jornal dos Economistas volta à discussão da política econômica do governo federal e dos desafios enfrentados pela economia brasileira em aspectos como a desindustrialização, contas externas e controle de capitais, temas de permanente interesse para todos os nossos economistas-leitores.

Abrimos o bloco temático da edição com um artigo de Denise Lobato Gentil, do IE-UFRJ, e Victor Leonardo de Araújo, do Ipea. Os autores afirmam que “a desarticulação da estrutura produtiva brasileira gerou um quadro no qual a geração de divisas cambiais por meio da balança comercial é insuficiente para garantir a geração de superávits em transações correntes”. O preocupante desdobramento é a vulnerabilidade da economia brasileira aos ciclos de liquidez internacional, uma vez que é necessário financiar estes déficits.

O artigo seguinte, de Pedro Cavalcanti Ferreira, da FGV, traça um quadro mais alentador. Ele afirma que não há evidência forte de que o Brasil esteja passando por um processo de desindustrialização e que não vê nada de intrinsecamente “bom” ou “ruim” na maior especialização do país em produtos naturais e manufaturados leves, dadas as enormes vantagens comparativas do país nesta área.

Na sequência da edição, enfocamos o movimento denominado Grito de Alerta – em defesa da produção e do emprego, que conta com a adesão de mais de 40 entidades patronais e de trabalhadores, e promove atos públicos que denunciam a desindustrialização e clamam por medidas para reverter este processo. Dois artigos de Luiz Aubert Neto, presidente da Abimaq e um dos líderes desta mobilização, detalham os fundamentos e as propostas do movimento.

Artigo de José Luis Oreiro, professor da UnB e diretor da Associação Keynesiana Brasileira, fecha o bloco temático. Ele assegura que “se a intensidade dos controles de capitais for adequada, o governo poderá administrar a taxa real de câmbio, colocando-a no valor requerido para eliminar o déficit em conta corrente”.

Dando continuidade à edição, Marco Altberg, presidente da ABPITV, assina um artigo sobre as perspectivas de crescimento do setor de produção independente para TV. Ao contrário da maioria dos países, o Brasil permite que as emissoras de TV produzam a programação que veiculam, situação que impediu o desenvolvimento do setor. Mas a criação de incentivos governamentais nos últimos anos e a recente aprovação da Lei 12.285/11, que estabeleceu cotas de conteúdo independente nos canais de TV paga, criaram condições para o desenvolvimento deste setor.

O artigo do Fórum Popular do Orçamento apresenta um resumo do debate com a vereadora Andrea Gouvêa Vieira, a primeira a discorrer sobre a situação financeira do Rio no ciclo de discussões organizado pelo FPO.

SUMÁRIO

- 3 Dilemas
Denise Lobato Gentil e Victor Leonardo de Araújo
Notas sobre o ainda desconfortável setor externo brasileiro
- 5 Dilemas
Pedro Cavalcanti Ferreira
Câmbio, Poupança e Exportações
- 7 Dilemas
Luiz Aubert Neto
Movimento político reúne entidades patronais e de trabalhadores contra a desindustrialização
- 10 Dilemas
José Luis Oreiro
Os controles de capitais podem prejudicar o financiamento externo da economia brasileira?
- 12 Televisão
Marco Altberg e Daniela Pfeiffer
Indústria audiovisual: crescimento econômico e perspectivas de negócio a partir da nova Lei 12.485
- 14 Fórum Popular do Orçamento
Andréa Gouvêa Vieira responde: o Rio tem solução?
- 16 **O Rio tem solução? Agenda de cursos Prefeitura de Varre-Sai procura por economista Balanço Patrimonial**

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br

Je JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Paulo Sergio Souto, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Edson Peterli Guimarães, José Ricardo de Moraes Lopes, Leonardo de Moura Perdigão Pamplona, Sidney Pascountto da Rocha, Gilberto Caputo Santos, Marcelo Pereira Fernandes, Paulo Gonzaga Mibielli e Gisele Rodrigues • **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro • **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866) • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21 9662-4414) - rossana.henriques@gmail.com • **Ilustração:** Aliedo • **Fotolito e Impressão:** Folha Dirigida • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900

Telefax: (21) 2103-0178 – **Fax:** (21) 2103-0106

Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br

Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: João Paulo de Almeida Magalhães • **Vice-presidente:** Sidney Pascountto da Rocha
Conselheiros Efetivos: 1º Terço: (2011-2013): Arthur Câmara Cardozo, Renato Elman, João

Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2012 a 2014): Gilberto Caputo Santos, Edson Peterli Guimarães, Jorge de Oliveira Camargo – 3º terço (2010-2012): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascountto Rocha, José Antônio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço: (2011-2013): Eduardo Kaplan Barbosa, Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Marcelo Pereira Fernandes – 2º terço: (2012-2014): André Luiz Rodrigues Osório, Leonardo de Moura Perdigão Pamplona, Miguel Antônio Pinho Bruno – 3º terço: (2010-2012): Ângela Maria de Lemos Gelli, José Ricardo de Moraes Lopes, Marcelo Jorge de Paula Paixão.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535 **Telefax:** (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascountto da Rocha • **Coordenador de Relações Institucionais:** Sidney Pascountto da Rocha • **Secretários de Relações Institucionais:** José Antonio Lutterbach Soares e André Luiz Silva de Souza • **Coordenação de Relações Institucionais:** Antonio Melki Júnior, Paulo Sergio Souto, Sandra Maria Carvalho de Souza e Abrahão Oigman (Em memória) • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Coordenação de Relações Sindicais:** César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, Regina Lúcia Gadioli dos Santos e Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Coordenação de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** Fausto Ferreira (Em memória), Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

Notas sobre o ainda desconfortável setor externo brasileiro

■ Denise Lobato Gentil*
e Victor Leonardo de Araújo**

Há um desconforto crescente na economia brasileira em seu flanco externo. Desde 2007, a balança comercial brasileira tornou-se incapaz de gerar saldos suficientes para cobrir o déficit da balança de serviços e rendas. Como resultado, temos atravessado um período de saldos negativos em transações correntes.

A desarticulação do comércio internacional com a eclosão da crise mundial explica certamente a queda das exportações, mas não é suficiente para elucidar a continuidade desta trajetória. Em 2010 as exportações brasileiras atingiram o patamar pré-crise, sem que o mesmo ocorra com o saldo comercial, porque as importações crescem a taxas mais aceleradas.

A análise da evolução da balança comercial pode proporcionar um posto de observação importante de um dos aspectos mais perversos da inserção externa brasileira e de sua conexão com o processo de “especialização regressiva” da economia nacional. O desmonte de diversas cadeias produtivas, ocorrido ao longo da década de 1990 por ocasião das reformas de caráter liberalizante, tornou o sistema produtivo brasileiro mais dependente de importações de insumos produtivos, máquinas e equipamentos, o que se traduziu em um acentuado aumento das importações nos períodos de crescimento do PIB.

O processo de abertura comercial associado à valorização da taxa de câmbio real resultou no aumento do coeficiente importado da indústria brasileira e reduziu o grau de integração entre as cadeias que foram preservadas. Este padrão não se reverteu e até se acentuou nos anos 2000.

Por outro lado, as commodities agrominerais, cujos preços são determinados nos mercados internacionais, têm elevado suas participações na composição das exportações brasileiras em detrimento do setor industrial. Entre 2005 e 2011, o peso relativo dos produtos não-industrializados subiu de 29,3% para 47,8%, enquanto os manufaturados sofreram uma queda em sua participação relativa de 55,1% para 36%. A composição das exportações indus-

triais, por seu turno, vem se tornando menos especializada em manufaturas, predominando os semimanufaturados, onde se classifica a assim chamada agroindústria ou indústria intensiva em recursos naturais. E, entre os setores industriais de mais alta intensidade tecnológica, a componente importada é bastante elevada. Por exemplo, os setores produtores de bens de capital constituem, em grande parte, meras atividades de montagem – também chamadas de maquilas. A indústria químico-farmacêutica também opera com elevado coeficiente de importação. A expansão desses setores, mesmo quando voltada para atender à demanda externa, ocorre com a expansão da demanda por divisas cambiais.

A complementar o cenário descrito acima, o aumento das importações de produtos manufaturados a taxas mais elevadas tem provocado significativas modificações na composição do saldo comercial brasileiro. O setor de manufaturas tornou-se deficitário em 2007, com forte tendência à deterioração, ao passo que o superávit em produtos primários tem se elevado com rapidez.

Essa pauta exportadora, especializada cada vez mais em produtos primários, ao lado da existência de setores exportadores com elevado conteúdo importado, contribui para a constituição de um quadro no qual a capacidade de geração de divisas da economia brasileira por meio do comércio exterior de bens é altamente dependente da trajetória da demanda e dos preços das commodities.

Se a via do comércio exterior é incapaz de gerar divisas suficientes para o pagamento dos compromissos sob a forma de importações e ao mesmo tempo remunerar o estoque de capitais externos na conta de rendas do balanço de pagamentos, a economia brasileira torna-se mais dependente dos recursos sob a forma de endividamento externo, investimentos externos diretos e investimentos em carteira. Consequentemente, aumenta o passivo externo, cuja remuneração realimenta todo o processo, criando uma armadilha: a obtenção de divisas por meio da atração de capitais externos na



forma de dívida e investimentos implica mais remessas futuras de divisas cambiais para o exterior sob a forma de juros, lucros e dividendos.

É interessante observar que o ano de 2010 marcou um ciclo de expansão da dívida externa privada. A rápida recuperação da liquidez internacional a partir da política monetária frouxa implementada pelos países desenvolvidos, associada ao novo ciclo de elevação da taxa básica de juros pelo Banco Central do Brasil a partir de 2010, induziu operações de arbitragem por parte do setor privado brasileiro, captando recursos no exterior na modalidade de empréstimos. Os usos destes recursos são distintos: enquanto o setor produtivo os utiliza como substituição às fontes internas de financiamento, o setor bancário os utiliza como *fundraising* para expansão de suas operações de crédito, captados no exterior a taxas mais favoráveis e sobre as quais impõem elevados spreads. Composta essencialmente por dívida do setor privado, a dívida externa brasileira assumiu, assim, uma dinâmica em parte colada à trajetória da taxa de juros doméstica, devido ao movimento dos bancos de aumento da captação de recursos externos nos momentos de aperto da política monetária. O resultado foi uma modificação na composição da dívida: os bancos são agora os maiores detentores da dívida externa. Também é notável a componente de curto prazo dessa dívida.

Os investimentos diretos e em carteira, por seu turno, constituem a maior fatia do passivo externo brasileiro, respondendo por, respectivamente, 32% e 40% do total, e refletem o padrão de financiamento do déficit em transações cor-



rentes, via atração de capitais externos nessas duas modalidades – notadamente naquela que é mais sensível aos movimentos de curto prazo da economia. A política de acúmulo de reservas internacionais (US\$ 335 bilhões em junho de 2011) tem provocado uma sensação de conforto, facilmente desnudada se levarmos em consideração duas coisas. A primeira delas, mencionada algumas linhas acima, é a contrapartida que esses estoques geram em termos de fluxos de remessas de lucros e juros para o exterior, onerando a cronicamente deficitária conta de rendas brasileira e, por definição, elevando o déficit em transações correntes. O segundo é que o passivo externo de curto prazo é mais do que o dobro do estoque de reservas. Com efeito, a economia brasileira torna-se vulnerável aos movimentos de contração dos ciclos internacionais de liquidez, tal como ocorrido entre setembro de 2008 e março de 2009. Naquela ocasião, houve uma fuga de capitais na modalidade de investimentos em carteira de ordem de US\$ 22 bilhões, e a taxa de câmbio nominal passou de 1,6115 R\$/US\$ para 2,3119, o que equivale a uma desvalorização de 43%. Movimentos desta natureza têm impactos relevan-

tes no desempenho macroeconômico, com impactos sobre a inflação e – a considerar-se a gestão do regime de metas de inflação no Brasil – sobre a volatilidade na taxa de juros e no produto.¹

Em outras palavras: a desarticulação da estrutura produtiva brasileira gerou um quadro no qual a geração de divisas cambiais por meio da balança comercial é insuficiente para garantir a geração de superávits em transações correntes. As necessidades de financiamento dos déficits tornam a dinâmica da economia brasileira mais vulnerável aos ciclos de liquidez internacional, em decorrência de um padrão de financiamento que significa o acúmulo de passivo de curto prazo em velocidade superior ao passivo de longo prazo. Este padrão, além de realimentar o processo (acúmulo de passivo externo hoje significa mais déficit de rendas amanhã e, portanto, mais necessidade de acúmulo de passivo externo para financiar o rombo), significa também maior exposição da economia brasileira às fases de contração de liquidez internacional. Neste contexto, dada a composição da pauta exportadora brasileira, os ciclos expansivos de preços de commodities são capazes apenas de atenuar este processo (ou reduzir o desconforto), ao reduzir o déficit em transações correntes – mas também podem agravar se a tendência de preços for baixista.

A redução desta vulnerabilidade passa pela capacidade da economia brasileira reequilibrar sua conta de transações correntes. Fazê-lo por meio da balança comercial constitui tarefa difícil, dada a composição primarizada da pauta exportadora. Aqui reside outro proble-



ma. Sem o resgate de uma política de desenvolvimento que, por sua própria definição, implica a promoção de modificações na estrutura produtiva que, por sua vez, produza reflexos na pauta exportadora brasileira, o único meio de expandir os saldos comerciais é através da expansão contínua dos preços e da demanda internacional por commodities. Ocorre, porém, que mesmo uma estratégia de desenvolvimento não poderá ser implementada sem a deterioração da própria balança comercial, dado o elevado conteúdo importado da produção industrial brasileira. Neste sentido, é recomendável que se tire proveito do atual ciclo de liquidez internacional para a promoção de políticas que sejam capazes de engendrar a modificação da estrutura produtiva brasileira, nos marcos de um processo de substituição de importações, mas desta vez, com redução das desigualdades sociais.

* Doutora em Economia, professora associada 1 do Instituto de Economia da UFRJ. E-mail: deniselg@uol.com.br

** Doutor em Economia, técnico de planejamento e pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. E-mail: victor_araujo@terra.com.br

¹ Naquela ocasião específica, a queda dos preços internacionais das commodities gerou um cenário virtuoso para a inflação brasileira que não constitui regra.

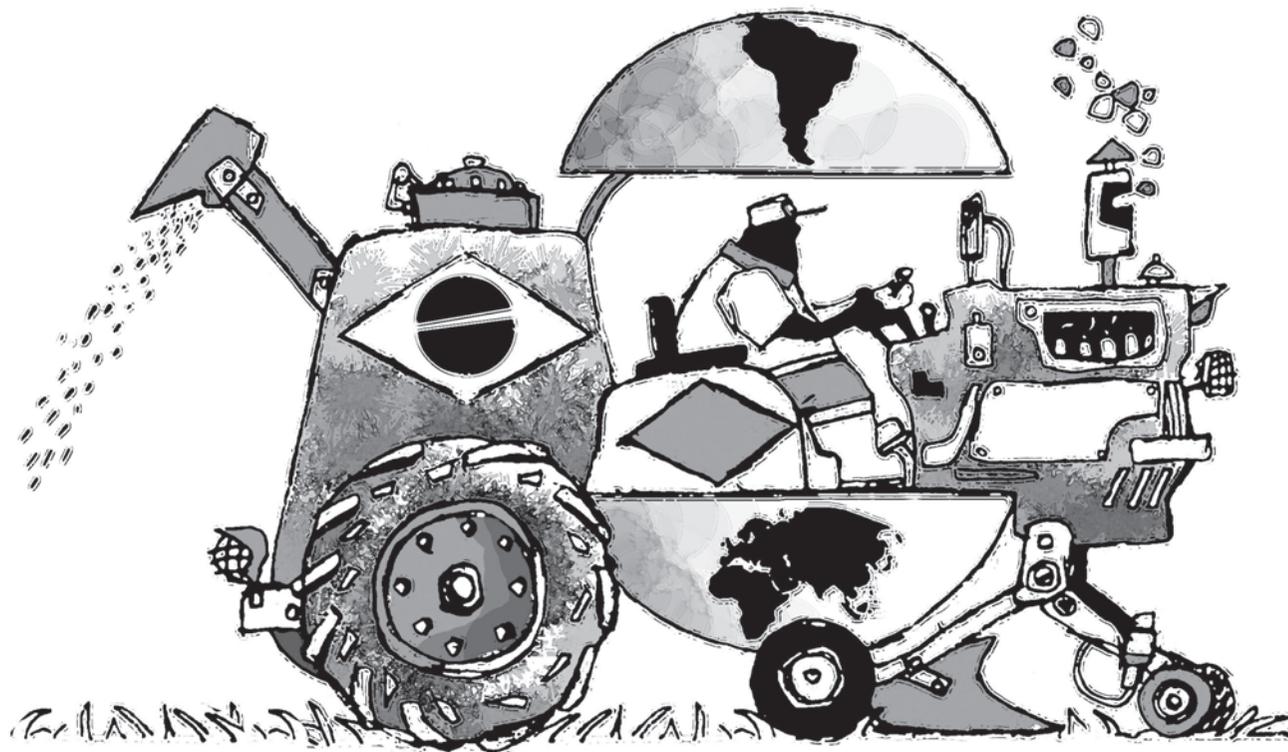
Câmbio, Poupança e Exportações

■ Pedro Cavalcanti Ferreira*

Empresários e economistas desenvolvimentistas têm preconizado uma política que mantenha a taxa real de câmbio desvalorizada, à semelhança do que se observa nos países asiáticos que crescem aceleradamente, no intuito de se proteger a indústria nacional. Esse tipo de proposta, no entanto, não explica como se poderia implantar aquela política num país com baixa poupança sem comprometer a estabilidade monetária.

Se a poupança doméstica brasileira fosse alta, o Banco Central poderia facilmente manter a taxa real de câmbio desvalorizada sem provocar inflação. Com efeito, um banco central que decida manter a taxa real de câmbio desvalorizada precisará atuar no mercado de divisas comprando dólares dos exportadores. Se as compras de divisas forem pagas com emissão monetária, cedo ou tarde, surgirão pressões inflacionárias. A fim de evitar a pressão inflacionária, a emissão monetária decorrente da acumulação de divisas terá que vir acompanhada de venda de títulos do próprio banco central – ou de títulos do governo que estejam em seu ativo.

Quando a poupança doméstica é alta, esses títulos são facilmente colocados no mercado, mesmo a taxas de juros baixas, pois há poupadores dispostos a comprá-los. Quando a poupança doméstica é baixa, entretanto, o banco central não consegue esterilizar a pressão monetária desencadeada pela acumulação de divisas. Desta forma, haverá emissão monetária e, conseqüentemente, inflação.



A sistemática compra de dólares pelo banco central chinês levou o país à posição de maior credor dos EUA, tendo acumulado reservas internacionais de mais de 2,5 trilhões de dólares que estão aplicadas em títulos da dívida pública norte-americana. Do ponto de vista macroeconômico, o banco central chinês atua como um intermediário financeiro entre o poupador chinês e o tesouro norte-americano. No Brasil, ao contrário, os dólares comprados pelo Banco Central e acumulados como reservas internacionais têm como contrapartida a venda de títulos a estrangeiros, pois a baixa poupança doméstica não é capaz de absorvê-los.

O principal fator a provocar a valorização cambial atual consiste no grande diferencial de juros observado entre o Brasil e os países desenvolvidos. Num momento em que os juros internacionais estão historicamente baixos, a pressão na direção

da valorização cambial é ainda maior: enquanto a taxa nominal de juros nas principais economias do planeta encontra-se próxima de zero, no Brasil ela ainda está próxima de 10%.

O problema da valorização cambial é significativamente agravado pelo fato de que os termos de troca estão favorecendo os produtos básicos em que nossa vantagem comparativa é gigantesca. De fato, o Índice de Preços de Commodities do FMI (sem combustíveis) subiu cerca de 56% desde 2005, tendo alcançado uma valorização máxima de 116% em julho de 2008 (2005=100). O aumento dos preços internacionais de nossos principais commodities exportáveis no período foi também bastante vigoroso.

Independente das razões para este aumento de preços – a brutal demanda chinesa por commodities entre as principais – o fato é que o preço internacional de produtos básicos tem au-

mentado de forma significativa nos últimos anos. Devido a condições naturais e abundante mão de obra desqualificada requerida para a produção de bens primários, o Brasil é muito competitivo nesses produtos, bem como em indústrias ligada a produtos básicos. Na indústria de mais tecnologia, temos concorrência forte de países com maior educação e menor custo de capital. Não por acaso, somente a indústria de transformação de baixa intensidade tecnológica (principalmente alimentos, bebidas e tabaco) vem apresentando saldo comercial positivo, enquanto a indústria manufatureira como um todo tem tido déficits crescentes desde 2008. Já os demais produtos não manufaturados apresentam superávit.

A meta de inflação de 4,5% ao ano vem sendo alcançada num ambiente em que os gastos públicos crescem aceleradamente. Entre 2002 e 2009, a despesa total do governo fede-

ral saltou de 15,8% do PIB para 18,3%. No mesmo período, enquanto o crescimento acumulado da economia foi de 25%, o aumento real da despesa do Tesouro foi de 45%, o que constituiu uma forte pressão inflacionária pelo lado da demanda. A fonte desse aumento não foi o investimento, que se manteve em torno de 1% do PIB no período. A diferença se explica pela elevação dos gastos correntes e transferências, principalmente aposentadorias e pensões.

Nos últimos anos, o aumento real do salário mínimo foi de duas vezes a elevação da produtividade média do trabalho no país, segundo as estimativas mais otimistas desta variável. Por se tratar de um balizador de reajustes dos salários mais altos, aumentos reais do salário mínimo constituem uma importante pressão inflacionária, pelo lado da oferta. A elevação do salário mínimo transfere renda àqueles que têm a maior propensão a consumir, o que significa pressão inflacionária adicional pelo lado da demanda. O aumento real do salário mínimo muito contribuiu para a espetacular melhoria da distribuição de renda, mas seu impacto sobre a inflação e as contas públicas é inegável.

Outro importante fator de melhoria da qualidade de vida da população, mas com impacto sobre a inflação, foram as reformas microeconômicas que viabilizaram a recriação do crédito. A retomada da construção civil e o acesso aos bens de consumo duráveis constituem avanços notáveis, mas não se pode negar seus efeitos sobre a inflação pelo lado da demanda. Por outro lado, existe também um sem-número de despesas públicas de duvidoso impacto econômico ou social contribuindo pa-

ra pressionar a demanda.

As fortíssimas pressões pelos aumentos de gastos sociais observados na última década e meia, a resistência à reforma do sistema previdenciário, o tabu em relação à cobrança de mensalidade no ensino superior, para citar apenas alguns exemplos, refletem uma opção da sociedade brasileira por um modelo de desenvolvimento com poupança pública negativa e baixa poupança privada.

A expansão acelerada dos gastos públicos nos anos recentes, apesar do aumento da carga tributária, vem pressionando os preços e obriga a autoridade monetária a elevar os juros para combater a inflação. Junte-se a isto a baixa poupança privada e o resultado final será um equilíbrio com câmbio valorizado e juros altos. E maior exportação proporcional de commodities e produtos manufaturados leves, onde somos muito produtivos e portanto mais competitivos.

Menor exportação de manufaturados não é o mesmo que desindustrialização. Sobre esta última, note que não há evidência forte de que isto venha ocorrendo recentemente de forma definitiva. Segundo dados do IPEADATA, entre 2002 e agosto de 2008 (antes da crise, portanto) o Real valorizou-se cerca de um terço em relação ao valor inicial da série. No mesmo período, segundo os dados do PIB trimestral calculado pelo IBGE, o setor industrial cresceu 33% e, conforme a PIM/IBGE, a produção da indústria de transformação elevou-se em 34%. De acordo com esta última pesquisa, a produção do setor de Bens de Capitais quase que dobrou (+95%), a de Máquinas e Equipamentos elevou-se em 66%, e a de Material Eletrônico e de Comunicação em 30%. Esses setores são todos

de alta tecnologia. Conclui-se que a valorização do câmbio no período não foi acompanhada por queda da produção industrial – que, muito pelo contrário, cresceu aceleradamente – nem muito menos por retração da produção nos setores com alto conteúdo tecnológico.

Evidentemente, a correlação positiva entre valorização do câmbio e crescimento industrial não implica em causalidade. Somente indica que, pelo menos no passado recente, a valorização cambial não foi capaz de impedir a expansão da produção manufatureira brasileira. Para entender a queda recente da produção industrial, temos que olhar para fatores estruturais – alto custo de energia, alta carga tributária, a entrada da China em alguns de nossos mercados, etc. – bem como para fatores cíclicos ligados à crise das economias avançadas.

Uma segunda observação é que ao longo de suas trajetórias de crescimento, os países sofrem uma transformação estrutural em que o trabalho é inicialmente realocado da agricultura para indústria – tal como na China atual, e no Brasil dos anos 1950 a 1970 – e, posteriormente, da indústria para os serviços. Na Espanha, por exemplo, entre 1960 e 2000, o emprego na agricultura caiu de 42% do total para 7%; na indústria, de 34% para 30%; enquanto no setor de serviços, saltou de 24% para 63%. Números semelhantes se observaram nos países mais avançados. Isto é, inevitavelmente o tamanho relativo da indústria cairá no longo prazo.

Números em Bonelli e Pessoa (2001)¹ mostram que depois de um pico de cerca de 21% em 1973-1977, a participação da indústria no PIB caiu para números significativamente menores,

embora, como notado acima, no passado recente a queda tenha se interrompido ou atenuado. Isto pode ser interpretado como o início de um processo de transformação estrutural. Ou, alternativamente, como uma reacomodação em direção a um novo equilíbrio após os subsídios e mecanismos de proteção do modelo de substituição de importação terem sido eliminados. De qualquer forma, não se pode culpar o câmbio, dado que esse movimento se observa durante diferentes regimes cambiais e períodos de valorização e desvalorização da moeda brasileira.

Embora as evidências até o momento sejam fracas, a situação de altos juros domésticos frente a baixos juros internacionais e câmbio valorizado pode levar sim à desindustrialização no futuro. Ao mesmo tempo, dadas as enormes vantagens comparativas do país, pode-se gerar uma maior especialização em produtos naturais e manufaturados leves. Em nosso entender, não há nada de intrinsecamente “bom” ou “ruim” neste cenário, dado que não há qualquer evidência de que o bem-estar dos agentes melhore ou piore com isto. Austrália, Canadá e Nova Zelândia são países com razoável concentração na exportação e produção de commodities e o nível de vida dos seus habitantes está entre os mais altos do mundo.

* Pedro Cavalcanti Ferreira é professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas e coordenador do Mestrado em Economia Empresarial e Finanças da mesma instituição. Suas áreas de pesquisa são Desenvolvimento, Crescimento e Macroeconomia. É bacharel e mestre em Economia pela PUC-Rio e PhD pela Universidade da Pensilvânia.

¹ Bonelli, R. e S. Pessoa. Desindustrialização no Brasil: um resumo da evidência. Texto de Discussão nº 7, IBRE-FGV, 2010.

Movimento político reúne entidades patronais e de trabalhadores contra a desindustrialização

O movimento denominado Grito de Alerta – em defesa da produção e do emprego, que conta com a adesão de mais de 40 entidades patronais e de trabalhadores, promoveu atos públicos em capitais brasileiras, como o realizado em 4 de abril no Parque do Ibirapuera, em frente à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, que reuniu milhares de manifestantes.

A fundamentação do movimento consta dos dois artigos de autoria de Luiz Aubert Neto, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) e um dos líderes desta mobilização, que publicamos na íntegra. Veja também as medidas emergenciais reivindicadas pelo Grito de Alerta para a retomada da indústria nacional.

As borboletas da China

■ Luiz Aubert Neto*

Sim, a macroeconomia do Brasil vai bem, na superfície, de fato, a situação é fantástica. Mas achar que tudo está resolvido e que o país atingirá o patamar de nação desenvolvida sem reformas estruturantes e sem a implementação de medidas microeconômicas contundentes como alguns analistas têm feito é, a nosso ver, uma visão mais que excessivamente otimista, é equivocada.

É fato que o governo da Presidente Dilma Rousseff tem buscado adotar medidas microeconômicas que possam contribuir para minimizar a perda de competitividade da indústria brasileira frente aos concorrentes internacionais, uma clara sinalização neste sentido foi o anúncio do Plano Brasil Maior, em agosto de 2011.

Porém, os resultados dessas medidas têm sido modestos e insuficientes, seja pela morosidade na implementação ou pelo conservadorismo na concessão de

incentivos e setores industriais abrangidos

Quem vive no mundo da economia real sabe que somente a superficialidade do equilíbrio macroeconômico não basta. Quem conhece o setor produtivo sabe que não é possível sobreviver diante das anomalias (Custo Brasil, câmbio valorizado, juros altos, alta carga tributária) que tanto tiram a competitividade da indústria de transformação e que continuam a empurrar o Brasil para um processo de desindustrialização sem precedentes.

A desindustrialização que está acontecendo no Brasil é inconcebível e é preciso, urgentemente, abrir mão das medidas paliativas e criar uma política industrial efetiva e urgente, que coloque a indústria como questão central no processo de desenvolvimento, a única saída capaz de nos tirar da armadilha das commodities e do fluxo de capitais externos especulativos disfarçados de investimentos produtivos, que mascara a desindus-



trialização galopante.

Recentemente, o economista Gabriel Palma, da Universidade de Cambridge, chamou a atenção para um fato que escancara o processo de desindustrialização vivenciado pelo Brasil. Ele alerta que “em 1980 o parque industrial brasileiro era maior que o da China, Coreia do Sul, Tailândia e Malásia somados. Em 2010, a indústria brasileira representou menos de 15% do que esses países somados produziram”. A conclusão dele, vergonhosa para nós

brasileiros, mas real, é que “construir o que nós construímos, e depois destruir, em tão pouco tempo, é um ato de vandalismo econômico sem igual”.

As fracas políticas industriais adotadas nas últimas décadas e o desprezo para com o setor produtivo vêm impondo à indústria de transformação um processo de desmantelamento que pode ser irreversível. No caso específico do setor de máquinas e equipamentos a situação já é dramática. De um total de 1.500 NCM's (famílias de produtos fabricados pelo setor), cerca de 800 sofrem com a invasão de produtos concorrentes vindos de todo lugar do mundo, mas principalmente da Ásia. A título de ilustração, para se ter uma ideia do que a falta de competitividade sistêmica impõe à indústria do Brasil, destacamos na tabela abaixo apenas 05 NCM's do setor de máquinas e equipamentos. Na referida tabela tem-se o valor de importação por quilo quando esses produ-

tos vêm da China (por quilo, para facilitar a comparação) e o preço de exportação praticado pelo fabricante brasileiro. Em média, o produto chinês entra no Brasil custando no mínimo um terço do que os mesmos produtos fabricados no Brasil (preço brasileiro para exportação). No caso das válvulas borboletas, por exemplo, as que vêm da China custam quatro vezes menos que as fabricadas no Brasil.

É importante reiterar que os exemplos acima se aplicam para mais de 800 NCM's do setor de máquinas e equipamentos. Será que ainda há dúvidas de que estamos vivendo um flagrante processo de desindustrialização?

Mas causa-nos estranheza o tempo de resposta do governo para essas questões, mesmo em se tratando de um produto que re-

presenta menos de 0,03% do total de máquinas e equipamentos que são importados da China. Infelizmente, apesar das diretrizes determinadas pela Presidenta Dilma, o senso de urgência do governo não é proporcional às necessidades do setor produtivo, em função da morosidade imposta pela burocracia na implementação das medidas já decididas e aprovadas.

Não faltam dados para que o governo possa agir. De acordo com dados oficiais, o déficit acumulado somente do setor de máquinas e equipamentos, de 2004 à 2011, já é da ordem de US\$ 65 bilhões, sendo que somente em 2011 batemos o recorde indesejável de mais US\$ 20 bilhões de déficit.

Merece destaque o exemplo das válvulas borboletas. Em janeiro de 2011, a Abimaq denunciou ao governo (MDIC) e

comprovou com estudos bem fundamentados que estava havendo uma invasão de produtos importados em cerca de 800 NCM's do setor, com consequente deslocamento da produção nacional. Contudo, somente depois de 11 meses (quase um ano) é que o governo adotou uma medida de Defesa Comercial para uma única NCM, a de válvula borboleta. A medida consiste na adoção de licença não automática, com valor de referência e teria sido aplaudida pelo setor produtivo, ainda que tardia e abrangendo apenas um das 800 NCM's, não fosse a decisão do governo de estabelecer como valor mínimo de referência o preço de US\$ 6,99 /quilo (mesmo valor de importação quando esse produto vem da China), o que não fará a mínima diferença, ou seja, a me-

da tornou-se inócua.

Será que vamos ter que continuar a assistir a invasão das válvulas borboletas chinesas e de tantos outros produtos, com o preço de importação inferior ao custo da matéria-prima no Brasil? Isto é ou não um ato de vandalismo contra a indústria e o país?

Nós acreditamos que ainda dá tempo de reverter esse quadro, mas não basta focar somente no equilíbrio macroeconômico, é necessário adotar medidas para eliminar o Custo Brasil, a valorização do câmbio, os juros altos e medidas microeconômicas mais contundentes, capazes de preservar o parque industrial brasileiro, construído a duras penas ao longo das últimas décadas.

* Luiz Aubert Neto é empresário, engenheiro e presidente da Abimaq.

Medidas emergenciais para retomada da indústria nacional

I - Medidas macroeconômicas

- 1- Redução da taxa básica de juros;
- 2- Redução do spread;
- 3- Adotar medidas urgentes para atenuar a sobrevalorização cambial.

II - Investimento produtivo como promotor do crescimento econômico

- 4- Desoneração integral do investimento produtivo de todos os tributos federais e estaduais;
- 5- Conteúdo local mínimo efetivo em todas as compras governamentais e privadas quando beneficiadas por financiamento público e/ou incentivos fiscais, e em setores estratégicos;
- 6- Disponibilização de linhas de financiamento com volume adequado e custos isonômicos aos concorrentes internacionais;
- 7- Perenização do PSI;
- 8- Incentivar linhas de financiamento de longo prazo pelo setor bancário público e privado;
- 9- Utilização do compulsório não remunerado como instrumento de incentivo ao desenvolvimento de linhas privadas de financiamento de longo prazo;
- 10- Utilização das compras governamentais, inclusive da Petrobras, como indutoras da produção nacional, da agregação de valor e da geração de emprego e renda, com aplicação de margens de preferência para todos os setores industriais em percentuais que efetivamente incentivem a produção nacional;
- 11- Inovação tecnológica: extensão dos incentivos fiscais a todas as empresas, independente do regime de tributação (simples, lucro presumido e lucro real), da indústria de transformação, e oferta de financiamento com volume adequado e custos isonômicos aos que dispõem os concorrentes internacionais.

III - Defesa comercial – Inversão do atual quadro de invasão das importações no mercado brasileiro

- 12- Fortalecimento das estruturas do MDIC relacionadas à defesa comercial (DECOM, DECEX e DEINT), assegurando os recursos humanos e materiais necessários;
- 13- Disponibilizar as informações das operações de importação e exportação, como forma da sociedade fiscalizar operações de comércio exterior;
- 14- Incrementar o uso de instrumentos de defesa comercial, incluindo medidas compensatórias, licenças não automáticas, valoração aduaneira, salvaguardas e antidumping;
- 15- China: manter o tratamento como economia que não opera em condições predominantes de mercado e definir medidas de defesa comercial específicas;
- 16- Implementar a abertura e a aplicação de medidas de defesa comercial com fundamento em ameaça de dano;
- 17- Aprofundar a regulamentação técnica, sanitária e fitossanitária, bem como assegurar a fiscalização de seu comprimento por parte das importações.

IV - Fim dos incentivos fiscais às importações

- 18- Guerra dos portos: Aprovação da resolução 72 do Senado Federal, com definição na própria resolução do conceito de industrialização conforme art.4º, inciso I, do RIPI, e alíquota residual de 4% na origem;
- 19- Regimes tributários especiais: Fim dos incentivos concedidos às importações.

V - Crescimento industrial como prioridade da política econômica – metas e contrapartidas

- 20- Criação de metas anuais de aumento do nível de emprego na indústria de transformação;
- 21- Definição de metas anuais de crescimento da produção física e da taxa de investimento da indústria de transformação;
- 22- Incorporação dessas metas como objetivo prioritário da política econômica.

Em defesa da Indústria e do emprego

■ Luiz Aubert Neto*

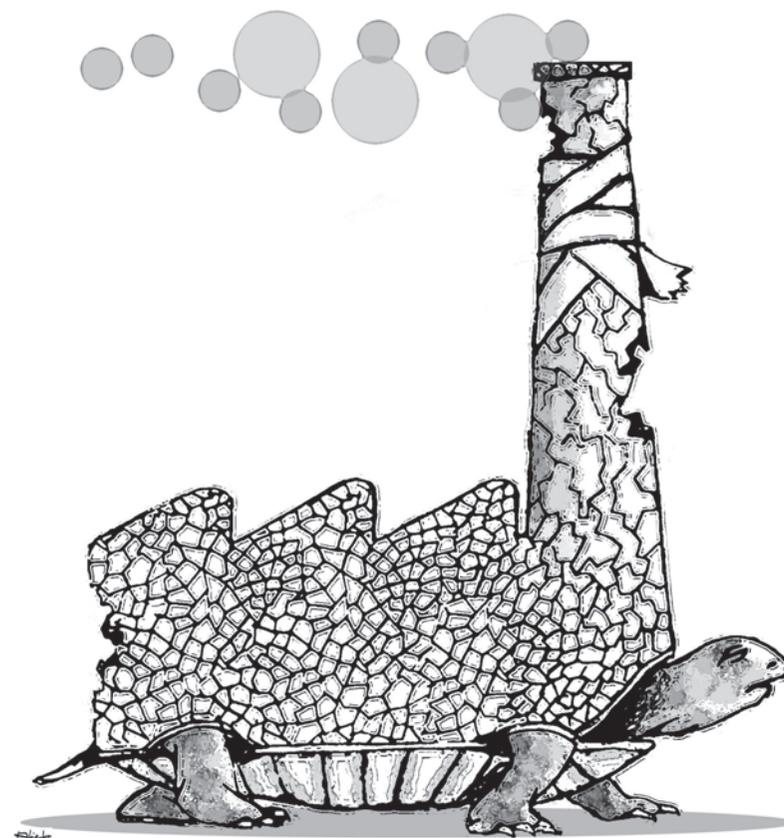
Abimaq vem envidando todos os esforços com o objetivo de reverter o atual quadro de desindustrialização que afeta toda a indústria de transformação.

Desde o ano de 2007, quando iniciamos o nosso mandato à frente da Abimaq, temos chamado a atenção dos governos, federal e estaduais, para a falta de competitividade do setor produtivo. Uma falta de competitividade que é imposta em função da equivocada política econômica praticada no país, que desestimula o setor produtivo, favorecendo o investimento especulativo no mercado financeiro por conta dos escorchantes juros praticado no país. Soma-se aos altos juros o Custo Brasil, o câmbio, a alta carga tributária e todas as demais anomalias que tiram recursos da educação, da saúde e da produção. O resultado disso, no médio e longo prazo, é a construção de um país pobre, que não gera renda e bem estar para o seu povo, que não investe adequadamente em saúde, educação e infraestrutura, que não produz o desenvolvimento capaz de tornar o país, de fato, uma nação de primeiro mundo.

Apesar dos bons trabalhos apresentados pela Abimaq, a conclusão é de que o governo responde de forma muito lenta, sem o senso de urgência que a indústria necessita ou, quando age, implementa medidas tímidas e insuficientes, que não são capazes de reverter o atual quadro de desindustrialização no curto prazo.



Manifestação contra a desindustrialização em 4 de abril na cidade de São Paulo.



Um bom exemplo, mais uma vez, são as recentes medidas anunciadas no âmbito do Plano Brasil Maior, em 3 de abril. Claro que as medidas são positivas e merecem o nosso reconhecimento, pois elas atendem a pleitos que vinham sendo apresentados pela Abimaq, como a desoneração da Folha de Pagamento e as melhorias das condições do PSI/FINAME – Programa de Sustentação do Investimento. Mas sabemos que isso é pouco, é preciso muito mais para reverter o atual quadro de desindustrialização galopante.

Por conta disso e preocupados com este gravíssimo quadro é que nos últimos meses intensificamos as nossas ações, uma verdadeira força tarefa em defesa da indústria. Fomos ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, às Assembleias Legislativas, realizamos diversas reuniões com os poderes executivos estaduais e federal, estivemos com diversos ministros, para pressionar e cobrar ações emergenciais.

Mas a mais importante e talvez inédita das ações foi a mobilização proposta e coordenada pela Abimaq, que teve a adesão de mais de 40 entidades patronais e de trabalhadores, um movimento nacional a favor da indústria e do emprego. Juntos, com o entendimento de que qualquer governo só se move através de pressão, trabalhadores e empregados foram para as ruas em todo o país para cobrar medidas em defesa da indústria e do emprego.

* Luiz Aubert Neto é empresário, engenheiro e presidente da Abimaq.

Os controles de capitais podem prejudicar o financiamento externo da economia brasileira?

■ José Luis Oreiro*

Um dos argumentos da sabedoria convencional contra a imposição de controles de capitais na economia brasileira – a qual tem sido feita de forma bastante tímida por parte do governo brasileiro nos anos recentes – é que os mesmos tornariam mais difícil a captação de recursos no exterior, ou seja, a captação de poupança externa. Dada a notória escassez de poupança doméstica no Brasil, a poupança externa seria então condição necessária para o financiamento do investimento produtivo da economia brasileira, atualmente em torno de 20% do PIB. Além disso, continua a sabedoria convencional, para que o governo possa aumentar a taxa de crescimento do PIB, que é compatível com a estabilidade da taxa de inflação para um patamar de 5% a.a., é necessário um aumento significativo da taxa de investimento (para algo próximo a 24% do PIB), o que refor-

ça ainda mais a dependência da economia brasileira com respeito à poupança externa. Dessa forma, a política mais inteligente a ser adotada pelo governo seria remover todos os obstáculos à captação de recursos no exterior por parte de residentes no Brasil. Sendo assim, os controles de capitais ainda existentes na economia brasileira deveriam ser plenamente abolidos com a implantação da plena conversibilidade do Real. Nessas condições, argumentam os filósofos da sabedoria convencional, a economia brasileira poderia captar com facilidade uma poupança externa entre 4 a 5% do PIB, sem maiores riscos para o equilíbrio intertemporal do balanço de pagamentos.

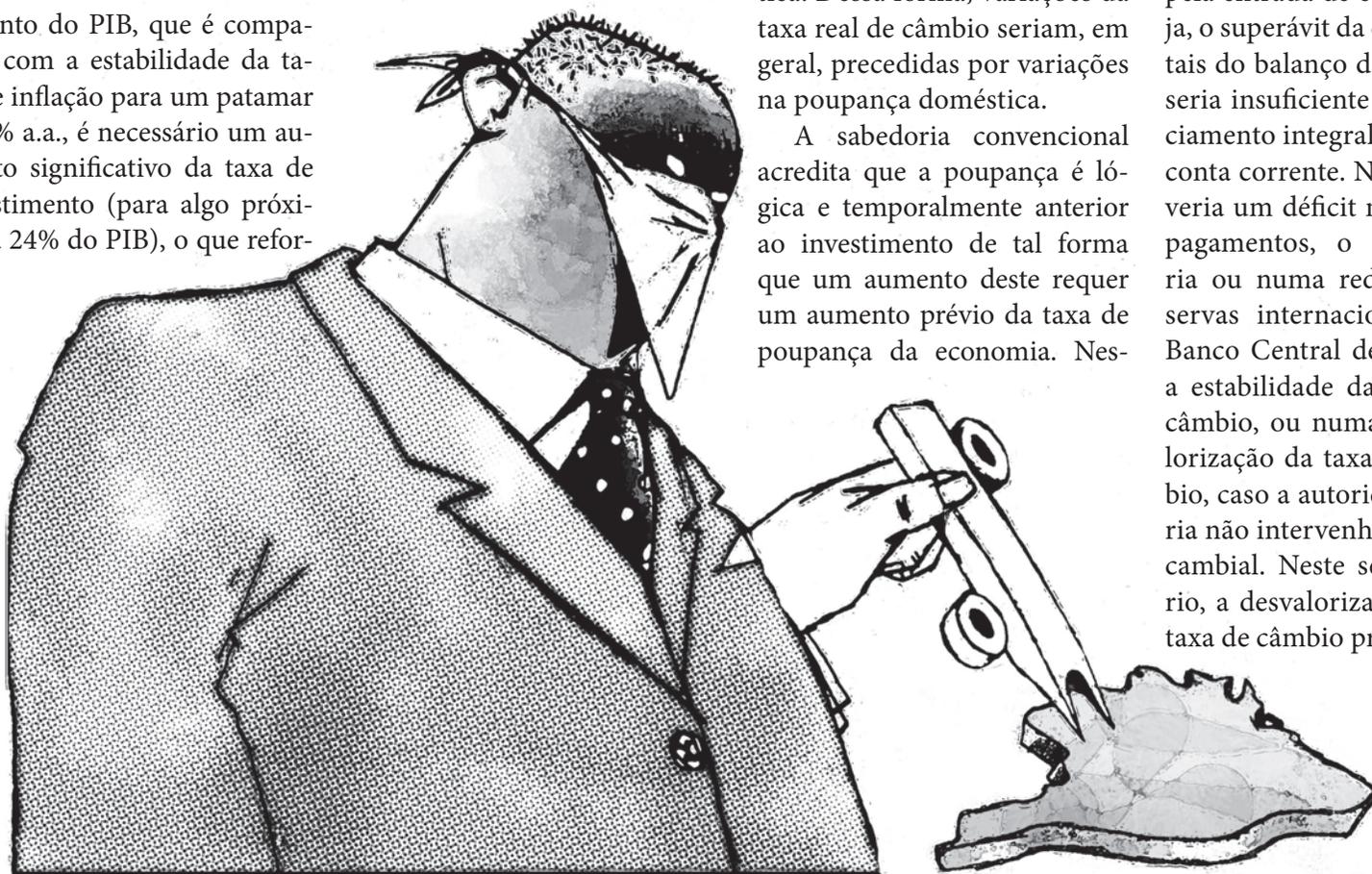
Esse raciocínio da sabedo-

ria convencional se apoia em duas hipóteses fundamentais. A primeira é que a poupança externa e a poupança doméstica são complementares, ao invés de substitutas. A segunda hipótese é que os controles de capitais não são capazes de afetar a trajetória da taxa real de câmbio e, dessa forma, o montante de financiamento externo requerido pela economia brasileira, uma vez que a taxa real de câmbio de equilíbrio depende da relação entre a taxa de investimento e a taxa de poupança doméstica numa pequena economia aberta. Sendo assim, uma desvalorização permanente da taxa real de câmbio só seria possível por intermédio de um aumento permanente da poupança doméstica. Dessa forma, variações da taxa real de câmbio seriam, em geral, precedidas por variações na poupança doméstica.

A sabedoria convencional acredita que a poupança é lógica e temporalmente anterior ao investimento de tal forma que um aumento deste requer um aumento prévio da taxa de poupança da economia. Nes-

se contexto, para que ocorra um aumento do investimento é necessário que ocorra um aumento da poupança doméstica (privada + pública) e/ou um aumento da poupança externa. Se o setor privado doméstico ou o setor público não estiverem dispostos a aumentar a sua taxa de poupança, então o investimento só poderá aumentar em função de um aumento da poupança externa, ou seja, do déficit em conta corrente.

A introdução de controles de capitais dificultaria esse processo ao tornar menos atrativa a compra de ativos domésticos por residentes no exterior. Dessa forma, o déficit em conta corrente requerido para o aumento do investimento produtivo não poderia ser financiado pela entrada de capitais, ou seja, o superávit da conta de capitais do balanço de pagamentos seria insuficiente para o financiamento integral do déficit em conta corrente. Nesse caso, haveria um déficit no balanço de pagamentos, o qual resultaria ou numa redução das reservas internacionais, caso o Banco Central decida garantir a estabilidade da taxa real de câmbio, ou numa forte desvalorização da taxa real de câmbio, caso a autoridade monetária não intervenha no mercado cambial. Neste segundo cenário, a desvalorização súbita da taxa de câmbio produziria uma



forte elevação da taxa de inflação, obrigando o Banco Central a fazer uma grande elevação da taxa de juros de maneira a manter a inflação dentro da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional. O efeito final da introdução dos controles de capitais seria, portanto, uma forte recessão produzida pelo ajustamento da taxa de juros resultante da aceleração inflacionária induzida pelo desequilíbrio do balanço de pagamentos.

Esse raciocínio da sabedoria convencional é falacioso. Em primeiro lugar, como já foi demonstrado por Keynes (1936) e Kaldor (1956), o investimento precede lógica e temporalmente a poupança tanto no curto como no longo prazo¹. Dessa forma, o investimento, sempre e em todo lugar, determina um volume equivalente de poupança agregada. A repartição do volume de poupança entre poupança doméstica e poupança externa depende criticamente da taxa real de câmbio. Quanto mais apreciada for a taxa real de câmbio, maior será o salário real e, portanto, a participação dos trabalhadores na renda nacional. Como a propensão a poupar a partir dos lucros é maior do que a propensão a poupar a partir dos salários, a apreciação da taxa real de câmbio reduz a poupança agregada do setor privado. Supondo a validade da condição de Marshall-Lerner, a apreciação da taxa real de câmbio irá resultar numa redução das exportações líquidas a médio e longo prazo, produzindo assim um aumento do déficit em contacorrente, ou seja, um aumento da poupança externa. Isso posto, a apreciação da taxa real de câmbio resulta numa substituição de

poupança doméstica por poupança externa (Bresser-Pereira, 2009), dando origem à necessidade de atração de capitais externos (isto é, superávit na conta capital) para o equilíbrio do balanço de pagamentos, a qual exige o relaxamento dos controles de capitais. Em outras palavras, a poupança externa e a captação de recursos no exterior só são necessárias para o equilíbrio do balanço de pagamentos se a taxa real de câmbio estiver sobrevalorizada.

No que se refere à segunda hipótese do modelo da sabedoria convencional, deve-se ressaltar que a mesma se apoia na inelasticidade do produto potencial com respeito à demanda agregada. Nesse contexto, um aumento da absorção doméstica – por exemplo, devido a um aumento dos gastos do governo – não pode ser atendido por um aumento do produto real no longo prazo, uma vez que o mesmo seria igual ao produto potencial, determinado pela tecnologia e pela dotação de fatores da economia em consideração. Dessa forma, o equilíbrio no mercado de bens exige uma redução da demanda externa pela produção doméstica, o que só pode ser viabilizado por intermédio de uma apreciação da taxa real de câmbio. *Mutatis mutandis*, uma redução da absorção doméstica – devido, por exemplo, a uma redução do consumo privado ou dos gastos públicos – irá induzir uma depreciação da taxa real de câmbio para o reequilíbrio no mercado de bens.

No que se refere à hipótese de inelasticidade do produto potencial com respeito à demanda agregada, a boa teoria econômica e a evidência empírica (Oreiro et al, 2010; Libanio 2009) mostram que a mesma é

igualmente falaciosa. Com efeito, tal como ressaltado por Kaldor (1988), tanto a acumulação de fatores de produção como o ritmo de progresso tecnológico dependem, no longo prazo, do ritmo de crescimento da demanda agregada autônoma. Isso se deve ao fato de que (i) o investimento em capital fixo responde positivamente às expectativas de crescimento da demanda dos empresários em função do efeito acelerador; (ii) a taxa de crescimento da força de trabalho responde ao crescimento da demanda por trabalho por intermédio de mudanças nas horas trabalhadas no curto prazo, da taxa de participação no médio prazo e do tamanho da população no longo prazo; e (iii) o ritmo de crescimento da produtividade do trabalho responde ao crescimento da produção devido à existência de economias estáticas e dinâmicas de escala, consubstanciadas na assim chamada lei de Kaldor-Verdoorn.

Sendo assim, é muito mais razoável tratar a taxa real de câmbio como uma variável exógena do ponto de vista do processo de acumulação de capital. Dessa forma, a introdução de controles de capitais torna-se uma política necessária para permitir a administração da ta-

xa real de câmbio por parte dos formuladores de política econômica. Se a intensidade dos controles de capitais for adequada, o governo poderá administrar a taxa real de câmbio, colocando-a no valor requerido para eliminar o déficit em conta corrente. Isso, porém, pode não ser suficiente para induzir um crescimento econômico acelerado. Se a economia sofrer de doença holandesa, a taxa real de câmbio requerida pelo setor industrial para se manter competitivo com respeito ao resto do mundo será maior (ou seja, mais depreciada) do que a taxa real de câmbio requerida para o equilíbrio em conta corrente do balanço de pagamentos (Bresser-Pereira, 2009). Nesse caso, além dos controles de capitais, o governo deverá introduzir um imposto sobre as exportações de bens primários.

* Professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília, pesquisador nível IC do CNPq, diretor de Relações Institucionais da Associação Keynesiana Brasileira e líder do Grupo de Pesquisa “Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento” cadastrado no CNPq. E-mail: joreiro@unb.br.

¹ No curto prazo, a poupança agregada total se ajusta ao investimento por intermédio de variações do nível de emprego e do grau de utilização da capacidade produtiva. No longo prazo, o ajuste se dá por variações da participação dos lucros na renda nacional.

Referências Bibliográficas

- BRESSER-PEREIRA, L.C. Globalização e Competição. Campus: Rio de Janeiro, 2009.
- KALDOR, N.(. Alternative Theories of Distribution. Review of Economic Studies, vol. XXIII, 1956.
- (). The Role of Effective Demand in the Short and Long-Run Growth In: Barrère, A. (org.). The Foundations of Keynesian Analysis. Londres: Macmillan Press, 1988.
- KEYNES, J.M. The General Theory of Employment, Interest and Money. Londres: Macmillan Press, 1936.
- LIBANIO, G. Aggregate demand and the endogeneity of the natural rate of growth: evidence from Latin American Countries. Cambridge Journal of Economics, 33, 2009.
- OREIRO, J.L., NAKABASHI, L., SOUZA, G.J. A economia brasileira puxada pela demanda agregada. Revista de Economia Política, Vol. 30, N.4. 2010.

Indústria audiovisual: crescimento econômico e perspectivas de negócio a partir da nova Lei 12.485

Marco regulatório do audiovisual prevê investimentos da ordem de R\$ 660 milhões de reais na produção independente

■ Marco Altberg*
Daniela Pfeiffer**

Produção independente de TV e novas mídias

O mercado da produção independente para TV e novas mídias vive um momento de crescimento no Brasil. Este desenvolvimento deu-se, principalmente, devido à criação de incentivos governamentais nos últimos anos, que aproximaram a produção independente dos canais de TV – em especial os de TV por assinatura – e dos produtores e responsáveis por conteúdos nos canais.

Segundo a Medida Provisória 2.228-1/01, são consideradas produções independentes aquelas cuja empresa produtora, detentora majoritária dos direitos patrimoniais sobre a obra, não tenha qualquer associação ou vínculo, direto ou indireto, com empresas de serviços de radiodifusão de sons e imagens ou operadoras de comunicação eletrô-

nica de massa por assinatura.

Uma vez que historicamente essa produção cresceu divorciada da mídia televisiva, cuja indústria se consolidou de forma verticalizada, o principal caminho encontrado pelos produtores foi o do subsídio estatal. Isto permitiu que as produções fossem viabilizadas, ainda que as mesmas encontrassem certa dificuldade de veiculação no mercado interno televisivo, até pouco tempo atrás.

A partir da segunda metade dos anos 80, registrou-se uma mudança expressiva nos movimentos estratégicos das redes de televisão no país. Dentre os elementos estruturais que contribuíram para essa mudança, destacamos as transições tecnológicas que permitiram a abertura de novos mercados, como a TV paga e outras formas de TV segmentada, incluindo o VOD, o SVOD, e outras.

Essa abertura foi intensificada nos anos 90, quando houve uma mudança expressiva na dinâmica

do mercado. No início dos anos 2000, o mercado de operação de TV paga passou por um período de estagnação, que só se reverteu em 2005 com o aumento no número de assinaturas, proporcionado principalmente pelo crescimento da banda larga e da entrada das empresas de telefonia no setor (gráfico 1).

Em 2010 havia um registro de 164 prestadoras deste serviço no país, organizadas em 84 grupos econômicos.¹ Ainda assim, a expansão dos serviços de comunicação eletrônica de massa por assinatura se mostra insuficiente, se considerarmos que o conjunto de assinantes representava apenas 20% dos domicílios com TV no país naquele ano, um índice baixo para os padrões mundiais. Com a Lei 12.485, o potencial de crescimento deste mercado finalmente será suprido.

Ao contrário de países como os Estados Unidos, por exemplo, não houve na história da regulamentação do país uma legislação que protegesse e garantisse a veiculação de produção independente na TV. Assim, os canais consolidaram dinâmicas de funcionamento vertical a partir da produção de seu próprio conteúdo, dispondo de espaço reduzido e desanimador para a produção independente. Este cenário só passa a mudar com a criação de mecanismos de estímulo que aproximaram a produção inde-

pendente dos canais de TV paga. Neste artigo, apresentamos algumas reflexões que caminham no sentido do desenvolvimento do setor.

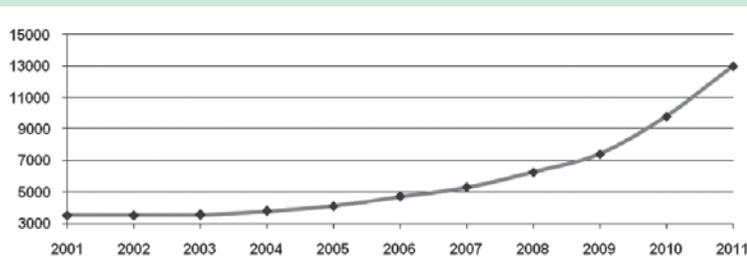
Aspectos relevantes e modelos de negócio do mercado de TV

O nascimento da Agência Nacional de Cinema (Ancine) em 2001, bem como do Art. 39 da Medida Provisória 2.228-1/01 que a criou,² registra a primeira iniciativa de mecanismo público voltada para a produção de TV. Se antes “pegávamos carona” nos mecanismos existentes para o cinema, tais como a Lei Rouanet (nº 8.313/91) e a Lei do Audiovisual (nº 8.685/93), agora a produção independente de TV seria diretamente beneficiada por meio da coprodução com os canais de TV paga.

Além dos mecanismos de fomento Art. 39, Art. 3º-A, Art. 1º-A e o Proclut do BNDES, muito utilizados pelos produtores, existem outras maneiras de viabilizar a produção de conteúdo independente para TV, tais como os mecanismos de fomento direto (editais da SAV e da Ancine, Fundos Setoriais) e as coproduções nacionais e internacionais.

Um dos caminhos que merece destaque é a coprodução internacional, quando um ou mais países se unem em prol da produção

Gráfico 1



Evolution do número de assinantes de TV paga. Fonte: Ancine

de uma mesma obra audiovisual. No caso da coprodução internacional para TV, o Brasil possui acordos oficiais bilaterais com Chile, Canadá, Alemanha, Índia e Israel (este último ainda em processo de regulamentação), além do acordo multilateral latino-americano.³

Podemos citar alguns exemplos de sucesso de coproduções internacionais, como *Meu Amigão-zão* (2DLab, Canadá), *Escola para Cachorro* (Mixer, Canadá) e a produção em finalização *Rouge Brèsil* (Conspiração, França e Canadá), orçada em cerca de R\$ 20 milhões. Outras coproduções internacionais para TV têm sido desenvolvidas por empresas independentes, em função principalmente das oportunidades criadas pelo programa Brazilian TV Producers⁴ e pelo evento RioContentMarket,⁵ que proporcionam encontros e rodadas de negócio com produtores de outros países, estimulando parcerias internacionais.

Outros modelos de negócio, como o licenciamento e a estratégia transmídia, são utilizados principalmente por projetos do segmento de animação, que favorecem a exploração destes recursos. Vale lembrar que o uso destas ferramentas, bem como a exploração de novos modelos e geração de diferentes fontes de receita para os projetos, só é possível em função do desenvolvimento de novas tecnologias, que permitem a segmentação do mercado produtor e consumidor, criando uma comunicação cada vez mais direta e interativa com o público final.

Por sua vez, este processo será significativamente favorecido pelas mudanças estruturais que estão ocorrendo no setor. Recentemente, a sanção da Lei 12.485/2011 criou novas regras e, dentre outras atribuições, permitiu a entrada das empresas de

telecomunicação na operação do serviço de TV por assinatura. Isso possibilitará o barateamento e expansão da banda larga, que por sua vez ocorre junto à implementação da TV digital no país, facilitando o acesso ao conteúdo produzido, e aumentando expressivamente a demanda por novas produções.

Oportunidades para o desenvolvimento da produção independente

O ano de 2011 foi significativo para o setor, que presenciou a criação do primeiro marco regulatório convergente do setor audiovisual. Após quase cinco anos de debates em busca de uma regulamentação a favor da produção independente, a Associação Brasileira de Televisão (ABPITV), maior entidade representativa do segmento de produção independente de TV, junto a outros Sindicatos e Associações (Apro, Sicav/RJ, Siaesp) ⁶, conseguiu uma conquista importante para o setor: a aprovação da Lei 12.285/11 no Senado Federal e a sanção pela Presidente da República.

Ao regulamentar os princípios constitucionais referentes à competitividade, direitos de acesso do cidadão brasileiro e estímulo ao desenvolvimento do setor audiovisual, o novo instrumento normativo prevê investimentos da ordem de R\$ 660 milhões na produção independente, provenientes da Condecine, segundo um estudo feito pelo Ipea.

Uma das principais atribuições da nova Lei é a criação de cotas de conteúdo independente nos canais de TV paga. Semanalmente, os canais deverão exibir no mínimo 3h30 de conteúdo brasileiro em horário nobre, sendo que 50% deste conteúdo deverá ser independente.

A instauração de cotas, alia-

da ao crescimento da produção, favorecerá significativamente o desenvolvimento do audiovisual em todos os âmbitos da cadeia produtiva, alavancando o Brasil como uma grande potência neste setor. Este crescimento já pode ser constatado: segundo dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), 2011 registrou 12,7 milhões de assinaturas na TV paga, um crescimento de 30,45% em relação a 2010. Com a entrada das empresas de telefonia neste mercado, o governo estima que o número de assinaturas chegue a 30 milhões até o final de 2013.

Outro dado significativo é o aumento do acesso ao serviço pela Classe C e a liderança das regiões Norte e Nordeste nos índices de crescimento. Estas regiões apresentaram uma dilatação de 47,8% e 50%, respectivamente, o que demonstra o potencial de expansão do serviço de banda larga em todo o país.⁷ Segundo o Instituto Data Popular, a penetração da TV por assinatura na Classe C é de 24%, enquanto nas classes AB é de 63,74%. Até 2025, o aumento da penetração na classe C deve adicionar 12,8 milhões de novos domicílios assinantes.

O momento é extremamente favorável, porém o setor está sujeito ainda a grandes e definitivas mudanças estruturais.

Perspectivas de crescimento da produção independente e o papel das instituições no desenvolvimento do setor

São muitas as perspectivas que favorecem o desenvolvimento do mercado de produção para TV no contexto da indústria multiplataforma. Em 13 anos, desde que a ABPITV foi fundada, a produção independente para TV e novas mídias ganhou

novos estímulos, se internacionalizou, conquistou audiências e alcançou um nível de profissionalismo jamais visto na história da indústria audiovisual brasileira.

O momento é de celebração, mas também de grandes expectativas. Com a Lei 12.485, o Plano Nacional de Banda Larga, a TV digital e os eventos Olimpíadas e Copa do Mundo, presenciaremos um crescimento ainda mais expressivo desse mercado, que se torna uma referência mundial em termos de qualidade artística e técnica.

Ainda há muito a ser construído, porém seguimos com a certeza de que muito já foi conquistado para o setor, que tanto contribuiu para o crescimento econômico, cultural e social do país.

* Marco Altberg é presidente da ABPI-TV (Associação Brasileira de Produtoras Independentes de Televisão).

** Daniela Pfeiffer é coordenadora de projetos na ABPITV e coordenadora do curso de pós-graduação em Produção Audiovisual: Projeto e Negócio.

1 Fonte: Anatel, 2010.

2 Este mecanismo permitiu que as programadoras de TV paga investissem 3% da remessa feita ao exterior, referente ao rendimento decorrente da exploração de obras audiovisuais no país, em produções independentes de TV, além de isentá-las da incidência da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica (Condecine).

3 É possível acessar o conteúdo dos acordos na íntegra no site da Ancine.

4 O projeto BTVP já marcou presença em mais de 65 eventos internacionais, e anualmente participa dos principais mercados da produção independente para TV e novas mídias, em parceria com a TV Brasil, a Apex-Brasil e a SAV/MinC. A experiência bem-sucedida do BTVP colocou a produção independente no mapa mundial, e possibilitou a ampliação de espaços para o nosso próprio mercado.

5 Em 2012 o evento reuniu mais de 2.000 participantes de 24 países, tendo realizado cerca de 1.000 rodadas de negócios entre produtores e canais de TV.

6 Respectivamente Associação Brasileira das Empresas Produtoras de Filmes e Videotapes Publicitários, Sindicato Interestadual da Indústria do Audiovisual do Rio de Janeiro e Sindicato da Indústria Audiovisual do Estado de São Paulo.

7 Fonte: Anatel, 2010.

Andrea Gouvêa Vieira responde: o Rio tem solução?

O Fórum Popular do Orçamento iniciou a série de debates sobre a situação financeira do município do Rio de Janeiro e seus possíveis caminhos. Aproveitando o momento de discussão propiciado pelas eleições municipais, apresentamos os dados orçamentários e convidamos a Vereadora Andrea Gouvêa Vieira para, no dia 6 de março, explicar a sua visão sobre o questionamento-título. O debate contou ainda com os comentários do pesquisador professor Mauro Osório (FND/UFRJ).

Este foi o primeiro debate da série “O Rio tem Solução?”, que se propõe a subsidiar a discussão sobre os destinos da cidade do Rio de Janeiro. Até maio o Auditório do Corecon-RJ receberá as autoridades que se propõem a interferir na gestão carioca.

Na visão da convidada, as principais questões a serem solucionadas na administração do município são: o não cumprimento do limite para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE); a solvência pre-

videnciária; a renúncia fiscal do IPTU e a qualidade dos gastos públicos. Já o professor Mauro Osório ressaltou a importância de incentivarmos os estudos regionais no Rio de Janeiro, pela lacuna na produção intelectual.

Nesta edição, serão abordados os principais temas do debate, bem como os dados orçamentários relacionados.

Ensino – perdas bilionárias

A vereadora criticou a metodologia utilizada pela prefeitura na contabilização dos gastos referentes ao ensino. A Constituição estabelece um patamar mínimo de gasto com a educação de 25% das receitas oriundas de arrecadação de impostos e transferências obrigatórias do Estado e da União (art. 212). Através de artifícios contábeis como a inclusão dos valores do FUNDEB e da despesa com os Inativos da Educação no cálculo, a prefeitura manobra para apresentar um percentual acima do mínimo constitucional. Devido a esses procedimentos

ilegais, pois contrariam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o município do Rio de Janeiro não apresenta os dados orçamentários no SIOPE (Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Educação).

A debatedora demonstrou que na contabilização correta dos gastos de ensino na previsão orçamentária de 2012 constata-se que o percentual previsto é de 18,69% da receita própria do município, 6,31% abaixo do patamar mínimo, representando uma insuficiência de mais de R\$650 milhões. E muito distante dos 33,14% apresentados pelo Prefeito Eduardo Paes.

Infelizmente, o desvio de recursos educacionais não é novidade, pois a média da porcentagem dos gastos no período de 1998 a 2010 é de apenas 16,9%. O cálculo, feito pela vereadora, apresenta a soma dos recursos de impostos e transferências (base do cálculo dos 25% para o ensino) em R\$76 bilhões de reais. Destes, aproximadamente R\$19 bilhões deveriam ter si-

do gastos com educação, que, somados aos recursos do FUNDEB, totalizariam quase R\$27 bilhões. Descontados os valores recebidos do FUNDEB do apresentado como gasto pela prefeitura, chega-se ao número de R\$12,9 bilhões efetivamente gastos pelos recursos municipais. A perda de recursos acumulados nesse período alcança a cifra de R\$6 bilhões! Recursos suficientes para um salto de qualidade no ensino carioca.

IPTU – o imposto esquecido

A arrecadação do Imposto sobre Propriedade Territorial e Urbana (IPTU) teve a sua importância relativa nas receitas diminuída nos últimos dez anos (vide JE de fevereiro de 2012 – FPO). Uma das causas está no fato de o município possuir 1,78 milhões de imóveis cadastrados (desconsiderando-se aqueles localizados em favelas), mas somente 709 mil destes terem seu imposto cobrado, o que representa apenas 40,1% do total. Além disso, quase metade das salas comerciais não recebe lançamento de IPTU e somente 8,7% dos terrenos recebem a guia de cobrança.

O perigo previdenciário

O Plano de Capitalização do FUNPREVI, disposto na Lei nº 5.300/2011, com duração de 35 anos (a contar a partir de 1º de janeiro de 2011), tem por objetivo a constituição de reservas técnicas a fim de se precaver contra uma possível situação de déficit atuarial. Assim, medidas como a transferência de todos os imóveis pertencentes à carteira de investimentos da PRE-

Tabela 1

NATUREZA	REAL 2009	REAL 2010	Em R\$ milhares constantes			
			DOT. ATUAL 2011	PLOA 2012	Var. Absoluta 2012 X 2011	% 2012 x 2011
DESPESAS CORRENTES	1.991.090	2.361.571	2.893.713	3.870.486	976.774	33,8%
Pessoal e encargos sociais	1.123.061	1.130.025	1.161.064	1.326.013	164.949	14,2%
Outras despesas correntes	868.029	1.231.547	1.732.649	2.544.474	811.825	46,9%
organizações sociais	110	355.990	647.165	1.055.462	408.297	63,1%
serviços de pessoa jurídica	482.077	452.631	636.360	917.274	280.914	44,1%
demais despesas correntes	385.842	422.926	449.124	571.738	122.614	27,3%
DESPESAS DE CAPITAL	8.409	141.276	273.277	141.875	(131.402)	-48,1%
Investimentos	8.409	141.276	273.277	141.875	(131.402)	-48,1%
TOTAL	1.999.499	2.502.848	3.166.990	4.012.361	845.372	26,7%

FONTE: Prestação de contas 2009 a 2011 e PLOA 2012.

VI-RIO, seu órgão gestor, ao fundo diminuiriam esse risco.

No entanto, nos anos de 2009 e 2010, o FUNPREVI incorreu em perdas da ordem de R\$135 e R\$174 milhões, respectivamente, e em 2011, ano de sua suposta capitalização, perdeu 10% (outros R\$174 milhões) de suas reservas técnicas. As projeções contidas na Lei Orçamentária Anual de 2012 indicam uma provável quebra do fundo em 2015. Este problema deve ser enfrentado, enfatizou a vereadora.

Turismo caro aos cofres públicos

A Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro – Riotur teve acréscimos de R\$ 85,7 milhões em suas previsões orçamentárias, através dos remanejamentos, fazendo com que os gastos realizados fossem mais que o dobro da dotação inicial. Grande parte destes acréscimos foram gastos em eventos destacados pela vereadora: Sorteio preliminar da Copa do Mundo 2014 (R\$ 15 milhões)¹, show do Paul McCartney (R\$ 2 milhões) e Projeto “Fashion Rio e Rio a Porter” (R\$ 5 milhões). A soma destes com outros eventos similares totalizaram o montante de R\$ 48 milhões.

Dinheiro da Saúde para as Organizações Sociais

Cerca de 40% do orçamento da Saúde é destinado às Organizações Sociais (OSs). Além de muito pouco transparente, a contabilização não esclarece o valor gasto com Pessoal, pois todos os gastos com OSs são con-

tabilizados na categoria “Outras Despesas Correntes”. Ou seja, não é feita distinção entre o que é Custeio ou gasto com Pessoal, dado relevante para o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (Tabela 1).

Por outro lado, o processo de seleção das OSs é duvidoso, e estas têm um sistema de cadastro ineficaz sobre a população e o atendimento médico realizado em cada local.

Transporte caro e errado

Os megaeventos programados para o Rio de Janeiro são o fundamento oficial para a concentração de vultosos investimentos por parte da prefeitura na criação de um sistema de corredores de ônibus, as “Trans” (Transoeste, Transcarioca, Transolímpica e Transbrasil). Entretanto, essas obras têm se concentrado em áreas da cidade onde a situação do transporte público, se não satisfatória, se encontra sob controle (Barra da Tijuca e Zona Sul). Das quatro Trans anunciadas, as três primeiras estão em desacordo com o Plano Diretor por “esquecer” a Zona Norte – área de grande densidade populacional. A exceção é a Transbrasil, que mesmo sendo a de maior relevância para o escoamento do transporte, será a última a ser construída e também depende de recursos federais.

Os comentários do professor. Mauro Osório

O comentarista convidado, professor Mauro Osório, ini-

ciou sua explanação com um apelo para o aumento da reflexão acadêmica sobre o Rio de Janeiro, especialmente no que tange à temática do desenvolvimento. Durante todas as suas intervenções, delineou uma preocupação com a integração da Região Metropolitana, bem como as questões do Transporte, da Indústria, da Habitação e do Emprego.

O professor destacou o fato de a periferia da Região Metropolitana do Rio não possuir densidade de emprego, o que aumenta excessivamente o deslocamento diário em nossa metrópole. Assim, torna-se necessário repensar não só a lógica do transporte público na cidade, como também a da geração de empregos e infraestrutura nessas áreas periféricas.

Outro problema a ser enfrentado, segundo o professor Mauro Osório, é o fato de massivos investimentos estarem sendo feitos na Área de Planejamento 4 (Barra da Tijuca e Jacarepaguá), visando em muito os megaeventos que ocorrerão nesta área. Para o professor, outras áreas, como o Centro e a Zona Portuária, devem ser objeto de mais investimentos por parte do poder público.

Há, segundo Osório, uma má distribuição entre as Áreas de Planejamento. A AP1 (Centro, Zona Portuária, São Cristóvão) concentra aproximadamente 40% do emprego formal existente na cidade e apenas cerca de 4% da moradia já na AP5 (Zona Oeste) o inverso é

verificado: vivem nela aproximadamente 30% da população e são encontrados apenas 7% dos empregos. Para o pesquisador, se ampliássemos a moradia na região da AP1 e melhorássemos sua infraestrutura, diminuiríamos o problema da mobilidade na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Considerações Finais

O debate nos proporcionou um panorama das principais dificuldades que nossa cidade tem enfrentado. Se, por um lado, houve considerável crescimento das receitas orçamentárias, por outro, isto não significou a resolução da situação financeira do município, tampouco refletiu na qualidade do gasto público.

A ausência de diálogo entre o poder público e a sociedade civil resulta na falta de percepção das reais necessidades da população e de transparência ao longo do processo de formatação e implementação de políticas públicas. Isto fica evidente na reformulação do modelo de transporte público, onde o investimento ficou setorizado nas áreas que abrigarão os megaeventos.

Andrea Gouvêa fechou o debate respondendo a pergunta tema, ressaltando que o Rio de Janeiro só terá solução quando houver uma efetiva participação popular no processo político.

¹ Valor correspondente apenas ao gasto da Prefeitura do Rio de Janeiro, não contabilizado o gasto do Governo do Estado do Rio de Janeiro, que foi de igual montante. Logo, somados totalizaram o valor de R\$ 30 milhões.

As matérias aqui publicadas são de responsabilidade do Fórum Popular do Orçamento do Rio de Janeiro através da equipe de apoio do Corecon-RJ e de colaboradores.

Nesta edição colaborou o Est. Thiago Barbosa.

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO – RJ

Coordenação: Cons. Renato Elman, Cons. Eduardo Kaplan, Econ. Ruth Espínola Soriano de Mello e Econ. Luiz Mario Behnken.

Assistentes do FPO-RJ/Corecon-RJ: Est. Julia Bustamante, Est. Pedro Aguiar e Est. Talita Araújo. fporiodejaneiro@gmail.com
2103-0121 e 2103-0120

Corecon-RJ, Fórum Popular do Orçamento - RJ
e Programa Faixa Livre

Convidam para o debate

O Rio tem solução?



Sempre às quintas-feiras, às 18h30

Debatedores

26/04

Depa. Clarissa Carotinho (PR)

03/05

Ver. Adilson Pires (PT)

31/05

Ver. Marcelo Freixo (PSOL)

(a confirmar)

Dep. Romário (PSB)

Informações:

2103-0120 • 2103-0121

www.corecon-rj.org.br/fporj.asp

No auditório do Corecon-RJ

Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Centro

Agenda de cursos

Maio

- Introdução aos Métodos Quantitativos. População, Amostra e outros conceitos introdutórios. Aplicações às Ciências Sociais (SPSS). 12 de maio a 30 de junho

- Tópicos Energia com foco em Concursos Públicos. 22 de maio a 19 de junho

Junho

- Macroeconomia e Microeconomia para concursos. 18 de junho a 24 de setembro

Julho

- Para entender a conjuntura econômica. 5 a 26 de julho

Agosto

- Financiamento à inovação no Brasil. 1 a 29 de agosto

- Mercado de previdência complementar. 2 de agosto a 20 de setembro

- Redes Neurais Artificiais aplicadas à Economia. 7 de agosto a 29 de setembro

Setembro

- Perícia. 5 de setembro a 23 de novembro

Outubro

- Regulamentação prudencial, evolução dos mercados e sistemas financeiros. 1 de outubro a 19 de novembro

- Teorias dos jogos. 2 de outubro a 1 de novembro

- História do pensamento macroeconômico. 1 de outubro a 19 de novembro

Informações: www.economistas.org.br

Prefeitura de Varre-Sai procura por economista

A Prefeitura Municipal de Varre-Sai, no Norte Fluminense, procura por economista portador de qualificação técnica CPA-10 ou CPA-20, emitidos pela ANBID, para elaboração de parecer técnico referente à realização de investimentos na Caixa de Previdência dos Servidores Públicos do Município. Os interessados deverão entrar em contato através do telefone (22) 3843-3200 ou pelo seguinte endereço:

Prefeitura Municipal de Varre-Sai. Praça Padre Abaeté Cordeiro, 16. Centro – Varre-Sai – RJ
A/C Sr. Eduardo Tristão Martins da Rocha – Chefe de Gabinete. CEP: 23.375-000

BALANÇO PATRIMONIAL (ATIVO - EM R\$)

REFERÊNCIAS	JAN A MAR/11	JAN A MAR/12	REFERÊNCIAS	JAN A MAR/11	JAN A MAR/12
ATIVO FINANCEIRO	5.860.578,27	6.578.641,03	PASSIVO FINANCEIRO	189.213,08	147.666,82
DISPONÍVEL	557.385,72	289.496,86	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS		
DISPONÍVEL VINCULADO A C/C BANCARIA	5.176.965,92	6.190.677,22	CONSIGNAÇÕES	7.467,41	6.786,30
REALIZÁVEL	88.826,09	60.913,15	CREDORES DA ENTIDADE		4.269,20
RESULTADO PENDENTE	37.400,54	37.553,80	ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	181.745,67	136.611,32
ATIVO PERMANENTE	15.838.984,31	18.413.914,18	RESULTADO PENDENTE	-	87.242,16
BENS PATRIMONIAIS	1.504.462,70	1.529.803,02	DESPESAS DE PESSOAL A PAGAR		87.242,16
VALORES	1.117,64	25.833,21	PATRIMÔNIO(ATIVO REAL LÍQUIDO)	21.510.349,50	24.757.646,23
CRÉDITOS	14.333.403,97	16.858.277,95			
TOTAL GERAL	21.699.562,58	24.992.555,21	TOTAL GERAL	21.699.562,58	24.992.555,21

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS

REFERÊNCIAS	PERÍODOS EM REAIS		REFERÊNCIAS	VARIAÇÕES	
	JAN A MAR/11	JAN A MAR/12		(EM R\$)	(EM %)
RECEITAS			RECEITAS		
ANUIDADES	2.410.101,78	2.521.327,08	ANUIDADES	111.225,30	4,6
PATRIMONIAL	70.635,00	95.019,38	PATRIMONIAL	24.384,38	34,5
SERVIÇOS	42.638,99	37.628,41	SERVIÇOS	(5.010,58)	-11,8
MULTAS E JUROS DE MORA		525,00	MULTAS E JUROS DE MORA	525,00	-
DÍVIDA ATIVA	180.075,14	149.027,20	DÍVIDA ATIVA	(31.047,94)	-17,2
DIVERSAS	168.274,52	132.179,00	DIVERSAS	(36.095,52)	-21,5
TOTAL GERAL	2.871.725,43	2.935.706,07	TOTAL GERAL	63.980,64	2,2
DESPESAS			DESPESAS		
DE CUSTEIO	674.500,91	710.080,08	DE CUSTEIO	35.579,17	5,3
PESSOAL	368.020,24	385.295,39	PESSOAL	17.275,15	4,7
MATERIAL DE CONSUMO	8.694,48	8.997,26	MATERIAL DE CONSUMO	302,78	3,5
SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	297.786,19	315.787,43	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	18.001,24	6,0
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	535.317,65	551.163,99	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.846,34	3,0
DESPESAS DE CAPITAL	19.180,44	4.609,23	DESPESAS DE CAPITAL	(14.571,21)	-76,0
TOTAL GERAL	1.228.999,00	1.265.853,30	TOTAL GERAL	36.854,30	3,0
RESULTADO = RECEITAS - DESPESAS	1.642.726,43	1.669.852,77	RESULTADO = RECEITAS - DESPESAS	27.126,34	1,7